COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI nº 3.769, de 2004

Altera o art. 32 da Lei nº 8.078,
de 11 de setembro de 1990.

AUTOR: Deputado CELSO RUSSOMANNO

RELATOR: Deputado VANDERLEI MACRIS

VOTO EM SEPARADO (do Deputado OSÓRIOADRIANO)

A indústria tem sido o grande fator de desenvolvimento da economia nacional. Isto é conseguido em razão da aplicação de altos investimentos, agressividade na assunção de riscos e, principalmente, em face da criatividade e inovações dos produtos.

O foco de toda essa atividade se direciona para o Consumidor, que demanda no mercado o produto necessário a atender suas necessidades.

Infelizmente, nem sempre os resultados financeiros do empreendimento são animadores. Para isso contribuem os custos operacionais e encargos sociais elevados, a carga tributária insuportável, aos quais se adicionam os custos com promoções, publicidade, financiamento de vendas, garantias de funcionamento e uso e tantos outros necessários a ganhar o espaço no mercado.

A busca da qualidade mantendo o preço competitivo é o objetivo de todo o empreendedor, independentemente dos requisitos especificados na lei em defesa do consumidor ou usuário.

Estes direitos do consumidor já são plenamente garantidos pelo Código de Defesa do Consumidor, que constitui uma das legislações reconhecidamente mais avançadas do planeta. Assim, sempre que se pretendam regulamentar ou acrescentar dispositivos e garantias a este Diploma legal se faz necessário o equilíbrio da proposição, equacionando adequadamente os direitos e deveres das partes envolvidas, a fim de evitar o exagero, que afinal prejudicará tanto o empreendedor quanto o consumidor.

O PL em foco, do Ilustre Deputado Celso Russomanno traz o vício da dosagem exacerbada. Embora a boa intenção do autor, a garantia extraordinária para o fornecimento de peças de reposição dos produtos fora de linha, por 10 anos, para a

generalidade dos produtos industriais, criaria certamente embaraços aos diversos setores produtivos, cuja dinâmica de inovações e aperfeiçoamento de produtos se acelera justamente em face da demanda de qualidade e eficiência por parte do consumidor.

Por outro lado, o Substitutivo apresentado pelo nobre Relator, apesar de propor a distribuição da garantia em prazos diferenciados por setores, ainda assim estabelece períodos exageradamente longos para que o fabricante ou importador do produto fora de linha continue a fornecer ao mercado as peças originais.

Independente do prazo maior de durabilidade dos produtos, cumpre destacar, a distância entre o tempo de garantia proposto e a depreciação considerada na legislação do Imposto de Renda, como por exemplo:

1º) é proposto o prazo de **15 anos** para máquinas industriais e peças de aviação, prazo que excede o período de **10 anos** para a total depreciação prevista na legislação tributária para estes produtos.

2º) a proposição prevê a garantia de reposição de **12 anos** para as peças de caminhões tratores, máquinas agrícolas, veículos de transporte de cargas e passageiros. A depreciação total de tratores e veículos de cargas e transporte de passageiros, prevista na legislação tributária, é de **4 anos**;

3º) o PL propõe a garantia de **10 anos** para a reposição de peças de automóveis, quando a depreciação total deste tipo de veículo prevista na legislação tributária é de **5 anos**.

Atente-se para o fato de que a proposição prevê esses prazos de garantia para todos os produtos fabricados anteriormente à cessação de sua produção, podendo assim se converter em garantia por tempo em dobro do previsto na lei, ou seja, para um produto adquirido, que após dez anos sair de linha de fabricação, terá mais dez anos para ter a garantia de suas peças de reposição no mercado. O adquirente do produto, se não encontrar a peça original desejada, poderá acionar o fabricante ou importador o qual estará sujeito às penalidades da lei

A realidade do mercado tem demonstrado, em geral, que a demanda das peças de reposição, depois de cessada a fabricação do produto, é extremamente diminuta. Em muitos casos, os fabricantes estabelecem convênios com os fornecedores de componentes para a continuidade do abastecimento por estes diretamente ao mercado. Na grande maioria das vezes, porém, existe em atividade as indústrias de peças de reposição dos produtos fora de linha, abastecendo suficientemente o mercado consumidor, o que torna improdutiva a atividade fabril do produto original.

Preservando os direitos dos consumidores, a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) no art. 32 (*caput*) já estabelece a obrigatoriedade dos

fabricantes assegurarem a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto.

No *Parágrafo único* daquele mesmo artigo 32 citado, é previsto que será assegurada **através de lei ordinária** a oferta de peças de reposição depois de cessada a fabricação ou importação do produto.

Desta forma, a reformulação redacional proposta no Projeto de lei em foco é imprópria, porquanto a regulamentação do conteúdo do Parágrafo único mencionado deverá ser através de uma lei específica e não de alteração do *caput* do artigo 32.

Creio, portanto, que o PL em foco, embora contenha o mérito de prever a regulamentação prevista no art. 32 da lei 8078/1990, a reformulação redacional e de conteúdo deste dispositivo não é a forma própria de regulamentá-lo.

Por outro lado, para cada produto específico é necessário o estabelecimento de uma regra consensual entre o poder público e o setor produtivo, bem como a evolução tecnológica no tempo, a fim de não criar estrangulamentos na produção e comercialização respectiva.

A tecnologia desenvolvida em todos os setores - aeronáutico, de aparelhos eletrônicos e telefônicos, de informática e tantos outros - obriga o fabricante a promover, em cada vez menor tempo, o lançamento de produtos com aperfeiçoamentos e inovações contínuas, sendo impraticável a manutenção por longo tempo, pelo próprio fabricante ou importador, de peças de reposição originais para suprir o mercado após cessada a produção ou importação respectiva.

Por todo o exposto, embora louvando o mérito do Projeto de Lei nº 3.769/2004, sou por sua Rejeição, mas concordo com o estabelecimento de prazos mais consentâneos para a garantia proposta através de lei específica.

Com esse propósito, será oportuno e democrático ouvir os representantes das diversas categorias industriais em Audiência Pública a ser convocada por essa Comissão para debate do tema.

Sala da Comissão, de de 2008.

Deputado OSÓRIO ADRIANO.